

ATA SEI

**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**
CMSB - CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

19/12/2013

A Presidência do **CMSB** Conselho Municipal de Saneamento Básico, faz saber: O CMSB constitui colegiado autônomo, de caráter deliberativo na gestão do Fundo Municipal de Saneamento Básico e consultivo nas demais hipóteses da Política Municipal de Saneamento Básico de Joinville, criado por intermédio da ([Lei Complementar 396, de 19 de dezembro de 2013](#)), organizado para cumprimento de suas competências legais conforme Consolidação do [PMSB Plano Municipal de Saneamento Básico](#), seu Regimento Interno ([Resolução CMSB 01/2018](#), [Resolução CMSB 01/2020](#)), e suas atualizações.

Ata da Sessão Plenária do CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico, realizada em 19/08/2025.

No décimo nono dia do agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às 15h00, reuniu-se o CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico, em Sessão Plenária presencial, realizada no Auditório da SAMA, na R. Dr. João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio, Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os seguintes [Integrantes](#) do CMSB, mandato de 01/02/2024 à 31/01/2026, conforme [Decreto 58.204, de 15 de janeiro de 2024](#), e suas atualizações: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico; Luísa Helena Jordan, do OSB; Marcele Figueiredo Andrade de Luca, da SAP; Cristina Henning da Costa, da SAMA; Daniel Kandler Signori, da AJECI; Michely Cristina Mello, da SEHAB; Marília Gasperin dos Santos, da SEINFRA; Jonas de Medeiros, do ROTARY; Emerson Siqueira, do SINDUSCON; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Priscila Ferraz Franczak, da UNIVILLE; Erica Romanha Dagostin, da ACIJ, e, Ivan Doneda Purificação, da AMBIENTAL. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujos nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: da SAMA, José Augusto de Souza Neto, Luiz Carlos da Silva Seixas, Magda Cristina Villanueva Franco, Luciele Saragossa; da SEINFRA, João Paulo G. dos Reis, Eliane Santos; da AJECI, Thiago Alberto Amorim; da SAP, Rafael Ribeiro; Da ARIS, Lucas Araújo de Freitas; da SEPROT, Giampolo Marchesini, da AMBIENTAL, Karoline Pignat Cappelari, e, da SEHAB, Emanuele de Almeida. Na Sessão Plenária foram desenvolvidos os seguintes temas pautados na convocatória: **1) Aprovação das Atas CMSB Reuniões 15/04/2025 e 04/06/2025; 2) FMSB - Orçamento 2026, por SAMA; 3) Planos Diretores de Drenagem Contratados; 4) Comitê PMSB, por SAMA.UGA, e, 5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre. Pauta 1) Aprovação das Atas CMSB Reuniões 15/04/2025 e 04/06/2025:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita cumprimentou a todos, deu boas-vindas, agradeceu suas presenças, e após a verificação do quórum regimental iniciou a reunião questionando aos Conselheiros se todos receberam as Atas encaminhadas, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações a serem feitas. Não ocorrendo manifestações ou demais considerações foram colocadas em votação as Atas das Reuniões Plenárias do CMSB, realizadas nos dias 15/04/2025 e 04/06/2025, as quais foram aprovadas por unanimidade de votos dos Conselheiros. **Pauta 2) FMSB - Orçamento 2026:** O Presidente Fábio João Jovita convida a Coordenadora Luciele Saragossa, da SAMA para apresentação desta pauta, que cumprimenta a todos e inicia seu pronunciamento informando que o orçamento do FMSB Fundo Municipal do Saneamento Básico, é elaborado conforme as etapas do Orçamento Público: PPA Plano Plurianual, LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a LOA Lei Orçamentária Anual. O FMSB não trabalha com capital de investimento, mas com despesas correntes. Referente ao apoio administrativo, a previsão orçamentária ficará em torno de R\$32.510.160,00, incluso R\$1.000,00, da Fonte 3.3.90, Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Direta, que está em análise de recurso na Prefeitura, R\$1.000,00, da Fonte 4.4.90, Recursos Ordinários e R\$1.000,00, Recursos diretamente arrecadados pela Administração Direta e Fundos. Luciele ressalta que esses valores de R\$1.000,00, da Fonte 4.4.90, normalmente a SAMA inclui esses recursos no orçamento prevendo alguma eventualidade, ou alguma necessidade de complementação de valores de expectativa no próximo ano; quanto às ações de controle, proteção e influência direta da água do município, para o próximo ano de 2026 foram especificados na LDO o valor de R\$200.000,00, assim como para as ações de controle, proteção e influência direta de esgoto, também foram fixados o valor de R\$200.000,00. A Conselheira Marília Gasperin dos Santos, da SEINFRA indaga se os fundos do Saneamento Básico fazem parte do Meio Ambiente; no que Jovita esclarece que são recursos separados; o Conselheiro Daniel Kandler Signori, da AJECI Associação Joinvillense dos Engenheiros Civis questiona como é feito o controle ou estudo sobre a água e esgoto. Luciele argumenta que em caso de necessidade esse controle é feito por meio de estudos requeridos pela Prefeitura, inclusive o monitoramento das ETes, e encerra sua apresentação recebendo calorosos aplausos da Plenária. Sem mais manifestações o Presidente Jovita coloca em votação o Plano de Aplicação dos Recursos do FMSB Fundo Municipal de Saneamento Básico para o ano de 2026, o qual foi aprovada por unanimidade dos votos dos Conselheiros. O Presidente Fábio João Jovita remete a matéria aprovada ao Secretário do Conselho, José Augusto de Souza Neto, para providenciar a pertinente publicação da Resolução, cujo teor deverá ser anexado ao final da presente Ata. Sem mais

manifestações, o Presidente Jovita encerra a presente pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) Planos Diretores de Drenagem Contratados:** O Presidente Fábio João Jovita convida a Conselheira Marcele Figueiredo Andrade de Luca, da SAP Secretaria de Administração e Planejamento, para apresentação desta pauta, que cumprimenta a todos e inicia seu pronunciamento informando que fará a apresentação dos estudos contratados para subsidiar a elaboração de Planos que já foram concluídos ou que estão em execução, referentes ao período de 2024/2025, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Projeto Viva Cidade 2. Inicialmente informou sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico que já se tornou Decreto, e o Plano Diretor de Mineração, ambos concluídos em 2024. Já o Plano Municipal de Gerenciamento de Riscos e Desastres, está em fase de conclusão, com o apoio da Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública (SEPROT), em especial da equipe da Unidade de Defesa Civil. Os estudos para os Planos Diretores de Drenagem (PDD) estão em fase de execução referentes às bacias hidrográficas dos rios Cachoeira, Cubatão, Piraí e Vertentes Leste e Sul. Para o rio Cachoeira há uma versão elaborada em 2011 que está sendo atualizada e todos esses planos têm a previsão de conclusão para o ano de 2026. Foi esclarecido que a SAP realiza a contratação dos estudos e gerencia os contratos em função dos recursos oriundos do BID, contudo, conta com o apoio técnico das Secretarias envolvidas ao tema. Após a conclusão, os referidos estudos são encaminhados para as respectivas Secretarias que os transformarão em Planos com metas a serem cumpridas. Com isso, as bacias hidrográficas de Joinville mais urbanizadas passarão a ter seus Planos Diretores de Drenagem (PDDs). Já os planos das bacias dos Rios Palmital e Itapocuzinho estão previstos no Plano de Saneamento para serem executados futuramente. Referente às principais etapas dos PDDs, já foram realizados os levantamentos iniciais que incluíram a macrodrenagem, microdrenagem, redes de água, esgoto, gás, energia, telefonia, travessias, afluentes, levantamentos topográficos e batimétricos, entre outros. Foi um trabalho complexo que demandou considerável espaço de tempo nessa etapa, principalmente, os de levantamento topográfico. A parte urbanizada por toda a sua logística, com corpos d'água confinados, apresentaram maiores dificuldades de levantamento, assim como partes da área rural das bacias do Cubatão e Piraí, mais próximas à serra. Atualmente os estudos estão na etapa de diagnóstico e prognóstico e na sequência passarão para a fase de estudos de alternativas de obras de macrodrenagem, seguido pelo detalhamento das alternativas. De posse de todas essas informações previstas para execução, proceder-se-á à consolidação de todos os estudos para elaboração de uma minuta para os Planos. Concluída essa etapa, os estudos serão enviados para a SEINFRA para a confecção dos Decretos de homologação dos Planos Diretores de Drenagem. As Comissões de Acompanhamento e Fiscalização dos contratos são compostas em conjunto por servidores da SAP e a SEINFRA e são realizadas consultas e discussões com outras Secretarias envolvidas, sempre que necessário. Na oportunidade foi apresentado um resumo dos levantamentos realizados nas bacias e suas subdivisões, onde se verificou 364 travessias no Rio Cachoeira, 68 no Rio Piraí, 57 no Cubatão, 53 nas Vertentes Leste e 30 nas Vertentes Sul. Todos os Planos irão trazer diretrizes de macro e microdrenagem, incluindo medidas estruturais e não estruturais de melhorias do sistema no município, mostrando-se Planos importantes para o planejamento da cidade nos próximos anos. Marcele encerra sua explanação e passa a palavra para o Conselheiro Rafael Ribeiro da SAP, que cumprimenta a todos e inicia sua exposição mencionando que o contrato com o Consórcio Nippon-Regea, para elaboração dos estudos para o Plano Municipal de Gestão de Riscos e Desastres (PMGRD) inicialmente tinha a duração prevista de 14 meses, contudo em face da complexidade dos levantamentos de campo, principalmente pelo fato de chuvas frequentes, como bem exposto por Marcele, precisou ser prorrogado, no entanto foi concluído com êxito, indo além das expectativas iniciais da contratação. Diversos itens acostados ao Termo de Referência já no início dos trabalhos contribuíram para melhorar situações previamente solicitadas, revelando uma inédita inovação. Os TdR foram elaborados com apoio dos técnicos da Defesa Civil, sendo um documento bastante complexo, com base no Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, atualmente Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, incluindo trabalhos de campo com sondagens. Fato que já no início do contrato gerou surpresa ao Consórcio contratado em razão do ineditismo desta exigência e possibilitou a alteração do plano de trabalho passando a considerar um diagnóstico de campo com um levantamento histórico de toda a característica do município para os estudos geotécnicos, resultando num trabalho pioneiro no Brasil. Abrindo um parêntese, Rafael esclarece que esse trabalho começou em 2011, com o levantamento de todas as necessidades do município e todas as secretarias envolvidas como a FUNDEMA e IPPUJ, que listaram diversas ações necessárias para o desenvolvimento do município em 2013 na Carta Consulta do Projeto Viva Cidade 2. E, lá constavam ações como a elaboração dos PDDs, e a necessidade de elaboração do Plano Municipal de Riscos e Desastres, sendo este uma exigência do BID, como uma forma de controle e treinamento que possibilitasse o andamento correto na elaboração dos Planos de Diretores de Zoneamento. Em 2014 o Projeto foi colocado em para consulta e passou por Audiência Pública em 2014, seguindo o regramento legal. Em 2017 aconteceu a assinatura do contrato de empréstimo com o BID. Na sequência, já visando operacionalizar o contrato do PMGRD, foi criada uma Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato (CAF), composta pela SAP e o Grupo Técnico (GT) composto por servidores da SEPROT.UPC. Este GT, auxiliou na análise dos produtos entregues e no bom desenvolvimento dos trabalhos. Também foi criado um grupo de apoio que contava com a SES, CAJ, SAMA, SEHAB dentre outras para auxiliar no fornecimento de informações relativas às diversas áreas de atuação das respectivas secretarias de modo a validar os dados e os estudos. Rafael escusa-se pela não citação de outras Secretarias que trabalharam com dedicação nesse grupo de apoio e ressalta a relevância desse trabalho, inclusive com as colaborações e exigências da Sociedade Civil e do Conselho da Cidade, principalmente considerando a recente catástrofe ocorrida no vizinho estado do Rio Grande do Sul. Os trabalhos foram aparados nas orientações do Plano Nacional de Gestão de Riscos com o estudo abordando quatro eixos: mapeamento, monitoramento e alerta, prevenção, e infraestrutura e resposta a desastres, e nos TDR, foram divididos em 6 etapas: Plano de Trabalho, Diagnóstico Geral, Análise de Riscos, Proposição de Medidas, Planos Estratégicos e Finalização. Na sequência foram efetuados levantamentos de dados, análises, cruzamento de informações bibliográficas, histórico e espacialização dos registros e os mapeamentos do município; na quarta etapa foram desenvolvidas metodologia, tabelas síntese e proposição de ações; a quinta etapa foi dedicada à confecção de planos de ação. Rafael menciona que o contrato já foi finalizado no dia 02 de maio do ano em curso, conforme exposto anteriormente por Marcele, e atualmente estão sendo feitos os ajustes para elaboração da versão final e o pagamento do último produto. Rafael destaca que em dezembro de 2024 foi realizada reunião no Auditório da ACIJ com a participação dos órgãos como as Secretarias da Prefeitura, IMA, Defesa Civil Municipal e Estadual, os núcleos da ACIJ, entre outros envolvidos com o tema. Nesta ocasião foram solicitadas cópias dos Planos de Ação de Emergência (PAES) das Empresas para que fossem considerados nos estudos, sempre guardadas as devidas questões de sigilo. Rafael salienta como exemplo de diagnóstico os levantamentos concernentes às ondas de calor, de frio, de chuva,

alagamentos e afins, baseados em estatísticas da Defesa Civil que apontaram questões de suscetibilidade e vulnerabilidade, ou seja, questões de riscos; nessas questões foram aplicadas matrizes de metodologia para cada um dos riscos levantados, tecnológico, biológico, hidrológico, e geológico, considerando-se os cruzamentos entre os setores. Rafael sublinha na exposição de slides um mapa de risco geológico e colapso de edificações, mostrando no lado direito os riscos hidrológicos. Durante o trabalho houve muita discussão sobre a forma de ataque a tais riscos e definiu-se pela ótica de Defesa e Proteção Civil como prioritária, com foco na proteção das pessoas e da infraestrutura; os supra assuntos foram objetos da reunião realizada na ACIJ, e da mesma forma outras reuniões foram realizadas para apresentar o andamento dos trabalhos aos Conselhos e visando a troca de informações e participação social e, posteriormente, levado também para uma Consulta Pública *on-line* (site da PMJ), Rafael seguiu a apresentação dos slides onde destacou a metodologia de trabalho adotada e alguns resultados obtidos nos estudos, incluindo uma proposta de PLANCON, Plano de Contingências, que era uma demanda da Defesa Civil porque havia dúvida em que momento mudar de laranja para amarelo ou vermelho para verde; a supra proposta foi acompanhada pela Defesa Civil que realizou várias simulações durante o desenvolvimento do trabalho. A Conselheira Luísa Helena Jordan, do OSB indaga qual o modo utilizado para se efetuar as mudanças de cores dos mapas de riscos; Rafael esclarece que foi desenvolvida uma tabela indicando os procedimentos a serem tomados na ocorrência de um eventual desastre natural com parâmetros que possibilitam a troca do nível; Giampaolo Marchesini, da Defesa Civil comenta que o PLANCON recomenda mudar e atualizar o programa anualmente quando áreas resolvidas ou em pior situação forem encontradas. Rafael menciona que havia uma necessidade muito grande da criação de um programa de levantamento, inclusive para a Defesa Civil; os Planos Estratégicos trazem as informações necessárias indicando o período que deve ocorrer a atualização, quem vai atualizar, o que tem que ser feito, e as propostas de custos para obras, se for para medidas estruturais, por exemplo. Tudo isso foi distribuído nos Planos de Ação; foi efetuada uma Consulta Pública, treinamento, capacitação e realizada uma apresentação para o que convencionou-se chamar na época de Gabinete de Crise, que na verdade a ideia era que se tornasse um conceito de caminho de segurança, ou seja, não se reunir somente em eventuais momentos de crise, mas reunir-se frequentemente, assim como o Comdema e o CMSB, a fim de propor ações e melhorias de atualização desses trabalhos. Rafael continua a exposição de slides destacando uma foto da reunião que aconteceu na AMUNESC, que contou com representantes do Exército Brasileiro, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, SAMU, Estado, Município, e da Sociedade Civil. E o resultado final, evidenciando a separação da área que está urbanizada, da que não encontra-se urbanizada; na urbanizada os riscos já estão instalados assim como a vulnerabilidade, por isso se faz necessário melhorar a infraestrutura nessas áreas. O slide seguinte exibe medidas de controle simples, moderado e complexo, representados pelas cores verde, amarelo e vermelho. Rafael prossegue a exposição mostrando a aptidão do solo e condições geográficas, com o objetivo de que na continuidade da expansão do município sejam tomados os cuidados de se levar sempre a infraestrutura pública, como sistema de drenagem urbana, postos de saúde etc. e institucional (Defesa Civil, Bombeiros etc.) e adequado ordenamento territorial para o setor privado. A Defesa Civil informa que já está sendo discutida a atualização do Plano de Emergência da Serra Dona Francisca. Giampaolo pontua que o Plano discutiu e trouxe soluções para as questões de deficiência de estrutura e pessoal e também a questão institucional para adequação à Lei Nacional. Rafael comenta que atualmente a Defesa Civil já está integrada legalmente ao ordenamento jurídico aprovado e sancionado. Rafael encerra sua apresentação. Na sequência, o Presidente Jovita menciona que recebeu um memorando referente à indicação de servidores para participarem de vários cursos que o Ministério do Meio Ambiente disponibilizará sobre a forma de elaborar um Plano de Gerenciamento de Desastres quando acontecer por questões climáticas. Jovita indaga à Plenária se alguém tem conhecimento deste assunto e se o Plano de Desastre de Joinville, ora atualizado, está de acordo com a Lei Federal; Giampaolo comenta que o Plano ora revisado é inovador e pioneiro, e capacita a entrada no cadastro nacional como um município que sofre com desastres, pois é uma exigência ter esse Plano de Gestão de Riscos e Desastre. O PMGRD é mais completo do que o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), exigido pelo Plano Nacional, porque aborda também a redução e prevenção dos riscos e com a aprovação, a homologação, e a entrega oficial, o município de Joinville terá um instrumento de gestão robusto para enfrentar ocorrências de desastres naturais. Jovita questiona se poderá ocorrer algum embate por conta do Diagnóstico Socioambiental das Microbacias de Joinville e Plano Federal; Rafael esclarece que o Diagnóstico das Microbacias foi realizado baseado em levantamento de satélite, e os Planos Diretores de Drenagem estão sendo elaborados com mais detalhe, incluindo levantamentos de campo com topografia. Já o PMGRD foi elaborado com base em escalas topográficas do IBGE e MDT. Os Diagnósticos das Microbacias foram feitos considerando as áreas de risco mapeadas pela CPRM, sendo mais detalhados pois conta com ida a campo para cada microbacia. Jovita comenta que recentemente a SAMA foi oficiada pelo Ministério Público e uma das principais alegações refere-se ao Diagnóstico Socioambiental das Microbacias, que possa permitir ocupações em áreas de risco. Toda testada, frente e corpo hídrico, é devidamente avaliada dentro do Diagnóstico. A Microbacia avalia todas as considerações e as situações existentes, vegetação, onde se avalia os riscos que exigem a função ambiental. Jovita salienta que o PMGRD, por ser um Plano mais macro, pode indicar situações de um entendimento contrário do Ministério Público que possa inviabilizar o supra Diagnóstico. Porque, até então, não foi evidenciado nenhum ponto em desfavor, a não ser a ADIN do STF, que possa desmerecer tecnicamente o que foi construído pelo Diagnóstico Socioambiental. Rafael argumenta que o PMGRD é mais macro, ao contrário do Diagnóstico das Microbacias, que é um Plano mais detalhado, porém, em decorrência do Plano de Desastre pode ser que em algum momento o Diagnóstico Socioambiental precise de uma atualização. Rafael exemplifica a área de inundação do bairro Itaum que devido às peculiaridades de relevo e maré não é possível resolver completamente, tendo que continuar com as mitigações. Marcelle comenta sobre os problemas relacionados com o fenômeno das marés e das chuvas que afetam principalmente o centro da cidade e que as diretrizes do Plano de Drenagem já indicam que é necessário aprender a conviver com as inundações e se apropriar dos Planos de Drenagens para mitigação dos problemas, atentando sempre às atualizações que se façam necessárias. Rafael salienta que os planos de drenagem consideram, por exemplo, uma recorrência de 25 anos combinado com uma maré de 10 anos. Isso gera uma probabilidade de ocorrência do evento de 250 anos, com um nível de maré de 2 m de cota de nível topográfico; e mesmo com toda essa combinação ainda poderá restar uma área de inundação. Giampaolo ressalta que em referência à combinação citada por Rafael, o PMGRD apresentou de forma mais abrangente e, no entanto, quem aprofundará os estudos serão os planos de drenagem específicos. Na oportunidade foi salientado que os estudos do PGMRD concluídos serão encaminhados à Defesa Civil para formatação legal do Plano e providências de homologação e, a partir de então, passará a subsidiar as tomadas de decisão, permitindo a análise de existência ou não de conflitos. Jovita menciona que quanto à aprovação de processos, projetos, desmembramento, parcelamento de solo, tanto o livre parcelamento de solo quanto a LOT são bastante claros, vedam

o parcelamento dessas áreas desde que não sejam mitigadas. Portanto, desde o final de 2023, trabalha-se em conjunto, quando foi estabelecida a mancha de inundação oficial, para que todas as Secretarias enxergassem a mesma mancha de inundação. Em cima dessa mancha de inundação foi estabelecido um Decreto criando a medida mitigadora para permitir ao empreendedor, munícipe, ou qualquer cliente, entender o tipo de projeto que precisa ser apresentado e qual é o volume de detenção que precisa fazer dentro do imóvel para evitar aquilo que se fazia anteriormente, como elevação de cota de terraplanagem, escoamento da mancha de inundação para a propriedade do vizinho. Jovita informa que esta situação já foi contornada sendo somente a mancha de inundação, controle da SAMA que busca literalmente o atendimento a todos os preceitos do Código Florestal que menciona em seu artigo 4o, §10, "em áreas urbanas consolidadas ouvidos os conselhos estaduais, municipais ou distrital de meio ambiente, lei municipal ou distrital poderá definir faixas marginais distintas daquelas estabelecidas no inciso 1 do caput deste artigo com regras que estabeleçam, a não ocupação de áreas com riscos de desastres. A observância de diretrizes de plano de recursos hídricos, de bacia, plano de drenagem ou plano de saneamento básico. A previsão das atividades e empreendimentos serão instaladas na APP. Urbana devem obedecer aos casos de utilidade pública, interesse social, de baixo impacto e de saúde." Desta maneira, é exatamente nesse inciso específico, que pode ocorrer um conflito de confrontamento com o Ordenamento Jurídico, em razão do sobreposicionamento de áreas. É óbvio que sobre as áreas de inclinação, o próprio Código Florestal já coíbe a ocupação. Quando é uma ocupação em solo mole, a SAMA exige a apresentação do estudo geotécnico como medida mitigadora para resolver o problema de solo. Quanto à mancha de inundação, já existe o Decreto para a parte apresentar como medida mitigadora para resolver a inundação. Rafael destaca a situação em que a mancha de inundação foi entregue para ser considerada na elaboração dos estudos do PMGRD. A empresa fez o cruzamento dos dados e verificou diferenças nas metodologias empregadas, oriundas do modelo digital do terreno utilizado no plano, diferente da mancha oficial que contempla observações de campo e simulações numéricas, etc., porém, em que pese as diferenças na maior parte as manchas são coincidentes. Jovita reitera sua confiança no trabalho técnico e sugere que na versão final seja levado em consideração o estudo do Diagnóstico Socioambiental que foi o resultado de imenso esforço da SAMA e de várias Secretarias e Conselheiros. Jovita parabeniza toda a equipe pela elaboração desse complexo trabalho exaltando a dedicação e o comprometimento pela entrega dos produtos, reconhecendo o trabalho pioneiro desta Revisão de Plano, principalmente no atendimento às solicitações da SAMA que não estavam previstas no escopo original, mas foram prontamente atendidas. A Conselheira Marília Gasperin dos Santos, da SEINFRA menciona que um Plano de Gestão de Riscos realmente é muito complexo, com muitos detalhes, e destaca a forma como este trabalho foi desenvolvido com persistência, ressaltando que o contrato encerrou no mês de maio deste ano não sendo mais possível inserir alguma nova sugestão, no entanto, exalta a responsabilidade com que foi conduzido por todos os envolvidos. O Conselheiro Daniel Kandler Signori, da AJECI comenta que é muito difícil executar um trabalho referente à mitigação de inundações e indaga se houve algum levantamento ou contratação no Plano referente a eliminar obras estruturantes; Marcele esclarece que no PDDU de 2011 tinha-se o conceito de mancha de inundação zero, porém, as obras indicadas não saíram do papel por conta de serem obras faraônicas. Atualmente foi trazida outra visão nos novos Planos de Drenagem, aceitando uma lâmina de água na rua, por exemplo de 20 centímetros, onde seja possível passar com um carro, sem alagar as casas das pessoas, porém, há que se destacar que existe a forte influência de maré na bacia no rio Cachoeira. Signori questiona o levantamento para chegar nessa conclusão de uma obra faraônica, e exemplifica uma empresa que gastou bilhões para executar um redirecionamento do canal, e indaga se existe um caminho para se chegar nesta quantificação; Rafael esclarece que o processo é feito analisando várias propostas de onde são selecionadas três alternativas, que consideram o custo. Marcele ressalta que também nas alternativas também são consideradas as questões sociais, ambientais e econômicas. Marcele aproveita a oportunidade para comunicar que no mês de setembro ou outubro deste ano haverá uma Consulta Pública das obras de macrodrenagem no Itaum-Açu, e convida todos os presentes para comparecerem nesta importante reunião. Sem mais manifestações o Presidente Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 4) Comitê PMSB, por SAMA.UGA:** O Presidente Fábio Jovita abre esta pauta e convida a Conselheira Cristina Henning da Costa, da SAMA para apresentação deste item que cumprimenta a todos e inicia sua apresentação mencionando a proposta de implantação de um Comitê para acompanhar o Plano Municipal de Saneamento Básico, que foi analisado, publicado, homologado e passará para a fase de execução. Nesta fase ocorre a implementação das ações analisadas no planejamento, por meio de medidas estruturantes, ou seja, obras, políticas, e outras diretrizes. O Plano Municipal de Saneamento Básico foi homologado em 2016, de forma setorializada, com os quatro componentes separados. Aconteceu uma tentativa de revisão em 2018, contudo não houve fechamento do contrato, sendo que em 2022 foi realizada nova contratação, sendo o PMSB finalizado em 2024 e homologado no início do ano de 2025, com a Publicação de seu Decreto. Cristina ressalta que a partir da homologação começou o delineamento em organizar como acompanhar todo esse trabalho que envolve várias pastas da Prefeitura, e organismos também que não são da administração direta. O Plano em si é um planejamento territorial que abarca tanto a área rural quanto a área urbana, e os quatro componentes do saneamento básico, o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos, e drenagem. Com uma perspectiva de projeção temporal em 20 anos, separados em blocos, algumas ações devem ser implantadas de forma imediata e emergencial, ou seja, até o ano de 2027; ações em andamento em curto prazo entre os anos de 2028 à 2032; e as de longo prazo, que é o final dessa projeção de 20 anos. Todas as ações foram estruturadas em programas dentro desse Plano de Saneamento Básico; para componente de saneamento, existem um número de programas que vão ter inúmeras ações, com agentes estabelecidos responsáveis por levar a frente essas ações. Não necessariamente irão executar diretamente uma obra, mas serão responsáveis por projetar, publicitar, e executar se for o caso. Cristina pontua que para o sistema de abastecimento de água existem quatro grandes programas, totalizando 40 ações que serão executadas ao longo da projeção de 20 anos, num total aproximado de R\$2 dois bilhões de reais. Esse investimento precisa ser buscado externamente, dificilmente será mantido totalmente pela Prefeitura, pois seria a Fonte 100, provenientes de instituições nacionais ou internacionais. Algumas ações têm valores de investimento que são definidos como orgânicos das instituições. No esgotamento sanitário existem três grandes programas com 20 ações, totalizando mais de R\$2,5 bilhões de reais de estimativa para executar todas aquelas ações. Na drenagem urbana e manejo de águas pluviais, 35 ações separadas em diferentes programas, totalizando uma estimativa de mais de R\$1 bilhão de reais. Para a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos existem 16 programas, com 79 ações e estimativa de mais de R\$2 dois bilhões de reais. Cada programa e para cada ação, o Plano Municipal de Saneamento Básico tem uma tabela discriminando quem é o executor da respectiva ação, no caso da Educação Ambiental na parte de Resíduos Urbanos, quem faz é a SAMA e SEINFRA. Quando

aparece a Prefeitura ou a sigla PMJ, é um detalhe que é preciso articular em toda a Prefeitura, em todo o setor, inclusive a administração indireta que seria a Companhia Águas de Joinville. Senão mostrar um responsável, a própria CAJ, a própria SEINFRA, ou a própria SAMA. Portanto chegou-se a conclusão que realmente precisa ter um grupo estruturado que esteja acompanhando mais de perto essa evolução, fazendo uma monitoria daquelas ações conforme mencionado no Plano, tem prazos, algumas operações precisam acontecer até o ano de 2027, sendo ações executivas realmente. Desta maneira é importante que se tenha esse grupo discutindo sobre essas ações, articulando o monitoramento. No fim também avalia-se se aquela ação conseguiu atingir a sua qualidade conforme estava previsto, caso contrário discute-se novamente e a proposta do Comitê é que a discussão seja a nível deliberativo, trazer essas demandas, esses desafios, ver o que está acontecendo de forma legal e planejada, e o que não consegue se evoluir discute-se, traz-se soluções alternativas, redefine-se e leva de novo para a execução. Portanto o Comitê é Institucional; é importante que esteja envolvido especialmente com aquelas Secretarias apontadas como atores responsáveis, mas também que tenha esse olhar não só técnico, mas de articulação dentro da Prefeitura como um todo. Foi feito um processo específico para se realizar esse convite; a princípio quem conduz essa política, esse Plano Municipal de Saneamento Básico é a própria SAMA, que atua como uma Coordenadora, e assim partiu-se a ideia de chamar as demais Secretarias para fazer parte desse grupo, dessa mesa de discussão, onde foi definido o convite para as demais Secretarias, tudo conforme à tabela apresentada anteriormente, que mostra o agente responsável por executar determinada ação. Os convites foram feitos e aguarda-se ainda as respostas da Secretaria de Saúde e de Governo, que seria mais uma estrutura da administração direta para fortalecer a articulação que é ação inerente a sua função. Daniel Signori indaga se o Comitê será restrito à Prefeitura; Cristina esclarece que o Comitê é nomeado pelo Prefeito, ou seja, nomeia os servidores ou gestores de cada pasta para poder discutir. porque as ações que estão no Plano foram direcionadas a esses agentes. No entanto, não se impede que outros técnicos sejam chamados para discutir. O Conselheiro Emerson Siqueira, do SINDUSCON questiona como ficaria a relação paritária neste Comitê; Cristina comenta que neste caso o Comitê é composto somente pelas Secretarias da Prefeitura que analisam cada pedido de projeto conforme suas especificações, sendo mais fácil discutir uma execução. Emerson indaga se é possível pedir para um particular desenvolver um projeto dentro de um Comitê. Cristina esclarece que o Plano é acompanhado pelo Comitê assim como as responsabilidades desse; Jovita esclarece que o Comitê tem função deliberativa para a execução das atividades do Plano; existem ações privadas, mas também ações em conjunto. Portanto, essas ações em conjunto, para que não se tenha uma Secretaria demandando outra Secretaria, então cria-se uma Comitê para que dentro desse Comitê se discuta a operacionalização dessas ações. Uma vez executado e planejado as ações, estas são apresentadas ao Conselho de Saneamento para acompanhamento da evolução do Plano. Marília Gasperin indaga se cabe ao Conselho de Saneamento deliberar sobre as ações; Marcele confirma a competência do Conselho em deliberar. O Secretário José Augusto Neto pontua que são duas figuras distintas, a modelo de Conselho Gestor, e Órgão Gestor; Jovita exemplifica mencionando caso hipotético de catadores de resíduos, em que este Conselho estivesse participando na execução do projeto e tivesse que decidir se continua enviando material, resíduo reciclável a recicladores que não têm a licença ambiental, ou se encaminhava os resíduos direto para o aterro. Isso estaria fora do grau de responsabilidade de decisão do Conselho porque não é um Agente Administrativo, isto é uma função da Administração Pública. Compete ao Conselho saber se uma normativa está sendo cumprida ou não e proceder com a cobrança, caso necessário. Sem mais manifestações, o Presidente Fábio Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre:** O Presidente Jovita abre pauta passando a palavra para a Conselheira Cristina Henning, da SAMA, que inicia sua fala informando sobre o funcionamento da rede de reciclagem do município. Cristina menciona a necessidade de fazer um recorte nas instituições cadastradas junto à Prefeitura. As associações cooperativas de reciclagem são as instituições que recebem a coleta seletiva e materiais recicláveis. Existem nove unidades de triagem cadastradas, sendo que seis delas estão cadastradas e licenciadas e três estão cadastradas com o licenciamento em andamento. Todas operam regularmente, todas cadastradas com a prefeitura e recebendo material de reciclagem; elas trabalham, com material proveniente do do Plano de Saneamento; operam no sistema da linha de produção, coleta de resíduo, na linha da triagem, colocam em esteira e segue o material para algumas com dispositivo de prensa, mais pesagem, depois venda. Além das regulares, atualmente mais seis unidades de triagem não estão regularizadas, no entanto seus processos estão em andamento junto à Prefeitura; essa regularização acontece em forma associação ou em forma de cooperativa. Algumas estão em processo de abertura de CNPJ, outras já deram entrada em algum tipo de licenciamento ambiental, como uma autorização para poder operar de forma regular e estão sendo orientadas pelo Sebrae, que hoje está atuando no município de Joinville por meio do programa Pró-Catadores, que foi uma contratação da concessionária atuando junto com a SEINFRA e a SDE, com apoio dessa abertura e institucionalização da cooperativa e associação. Após a regularização conseguem o licenciamento de forma a trabalhar de forma mais organizada e legal em termos de licenciamento. A maior parte das unidades de triagem está concentrada no norte do município, no bairro Aventureiro e adjacentes, outras três no sul. Aqui só representa aquelas novas que eu falei que estavam licenciadas e cadastradas junto ao município. Atualmente aquelas seis unidades de triagem que estavam no processo de regularização conseguiram já a viabilidade, entraram no CNPJ e estão recebendo material excedente pra poder fomentar as suas indústrias, e poderem prosseguir com seus licenciamentos. Cristina expõe o *status* atual mediante *slides* material a termo ilustrativo, material este cedido pelo Sebrae. Referente as seis cooperativas que estavam com a regularização em andamento, três já conseguiram o CNPJ na semana passada. O compromisso do município é no sentido de melhorar a qualidade da coleta seletiva e recebimento deste material, avançar na inclusão produtiva, apoio contínuo às unidades de triagem e garantir que Joinville cumpra com os planos e metas do Plano de Municipal de Saneamento Básico. Cristina destaca a importância do engajamento da população, pois é comum o descarte de resíduos de forma inadequada, o que provoca a contaminação e prejudica o trabalho de reciclagem. Outro ponto importante é a fomentação da compostagem, porque é uma ação que diminui a sobrecarga no aterro sanitário e ao mesmo tempo aumenta a capacidade de material adequado na triagem. Cristina ressalta a necessidade de capacitação das cooperativas pois essa ação resulta no aumento da conscientização dos próprios manipuladores e que cada vez mais se tornam mensageiros dos benefícios que todas podem alcançar praticando a correta seleção de resíduos no âmbito familiar, escolar, industrial, hospitalar, e nas vias públicas. Luísa Jordan comenta em que em determinada cidade italiana pratica-se a taxação de resíduos conforme o peso, ou seja, quanto menos lixo, mais economia para o contribuinte. Marília reforça as colocações de Cristina e Luísa, mencionando a importância de integrar a sociedade como um todo na questão ambiental, dando ênfase à coleta seletiva, em que todos possam usufruir dos benefícios da correta manipulação. Jovita relata que a SEINFRA fez um pedido para acrescentar a

Unidade de Drenagem como integrante do CMSB. Em razão dessa solicitação da SEINFRA e para manter a paridade regulamentar do Conselho foi efetuado um convite ao CREA para fazer parte do CMSB, o que foi aceito com muita satisfação. Jovita informa que na próxima reunião do CMSB, como de praxe, o CREA e a Unidade de Drenagem da SEINFRA farão uma apresentação de suas organizações para que todos os Conselheiros tenham a oportunidade de conhecer melhor estas respeitáveis Entidades. Portanto, na próxima reunião ocorrerá as apresentações, e posteriormente serão colocadas em votação a aceitação do ingresso dessas Entidades por este Conselho. Marília agradece a receptividade do Conselho por mais essa importante cadeira da Unidade de Drenagem do SEINFRA. Sem mais manifestações, o Presidente Fábio Jovita declara encerrada esta Reunião Plenária às 16h30, sendo extraída a presente Ata, a qual foi lavrada pela Secretária do CMSB e assinada pelo Presidente do Conselho, Fábio João Jovita, após aprovação dos demais Conselheiros.

Fábio João Jovita
Presidente CMSB
Conselho Municipal de Saneamento Básico

Luiz Carlos da Silva Seixas
José Augusto de Souza Neto
SAMA Unidade de Apoio aos Conselhos

****A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)**

Íntegra de Texto que compõem essa Ata:

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - CMSB
RESOLUÇÃO CMSB Nº 01/2025

Aprova o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, para a Lei Orçamentária Anual - LOA, Exercício 2026.

O Conselho Municipal de Saneamento Básico, no exercício de suas competências estabelecidas no artigo 55 da Lei Complementar nº 396, de 19 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º *Fica aprovado o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, para a Lei Orçamentária Anual - LOA, Exercício de 2026, conforme Anexo Único desta Resolução, proposta apresentada e aprovada em reunião ordinária do CMSB realizada no dia 19/08/2025.*

Art. 2º *Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.*

Fábio João Jovita
Presidente do CMSB - Conselho Municipal de Saneamento Básico

(ANEXO ÚNICO)
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PREVISÃO DE DESPESAS

Natureza da Despesa:

3.3.90 – Despesas Correntes: refere-se à aquisições de materiais de consumo e contratação de serviços diversos.

4.4.90 – Despesas de Capital: Despesas orçamentárias com softwares, com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Ação	Categoria da Despesa	Fonte de Recurso	Orçamento Fixado LDO 2025
2.3348 - Apoio administrativo às ações de saneamento básico – FMSB	3.3.90	1002-Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	32.510.160,00
2.3348 - Apoio administrativo às ações de saneamento básico – FMSB	3.3.90	100-Recursos Ordinários	1.000,00
2.3348 - Apoio administrativo às ações de saneamento básico – FMSB	4.4.90	100-Recursos Ordinários	1.000,00
2.3348 - Apoio administrativo às ações de saneamento básico – FMSB	4.4.90	1002-Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	1.000,00

Ação	Categoria da Despesa	Fonte de Recurso	Orçamento Fixado LDO 2025
1.3411 - Ações de controle, proteção e influência direta de água do Município - FMSB	3.3.90	1002-Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	200.000,00
1.3412 - Ações de controle, proteção e influência direta de esgoto do Município - FMSB	3.3.90	1002-Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	200.000,00

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.007849-8

26960747v245